

11784 - O taylorismo na agricultura: a agroecologia como alternativa

The Taylorism in agriculture: the agroecology as an alternative

PIEDRA BONILLA, Elena¹; RIBAS, Clarilton²

1 Mestranda PG Agroecossistemas - UFSC, elenapietra@hotmail.com; 2 Prof. Dr. PG Agroecossistemas - UFSC.; ccribas17@hotmail.com

Resumo: O taylorismo é conhecido como parte do desenvolvimento da organização de processos de trabalho e de controle sobre ele, a fim de aumentar a produtividade nas indústrias. No entanto, o meio agrícola difere do industrial, ao ser inviável ter o controle sobre todos os seus fatores de produção. Então, o presente documento tem como objetivo analisar os principais aspectos e influências do taylorismo sobre a agricultura. Primeiro, explica-se o que é o taylorismo e que implicações trouxe aos trabalhadores na distinção entre a concepção e execução do trabalho. Depois, é feita uma análise de como foi o contato entre o taylorismo e a agricultura, através dos sistemas agroindustriais integrados. Finalmente, observa-se a agroecologia como alternativa para evitar a dissociação entre o processo de trabalho do agricultor e seu conhecimento.

Palavras-Chave: taylorismo, agricultor integrado, agroecologia

Abstract: *The taylorism is known as part of the development organization's labor processes and control over it, in order to increase productivity in the industry. However, the agriculture differs from the industry, to be unfeasible to have control over all factors of production. So, this paper aims to analyze the main aspects and influence of Taylorism on agriculture. First, it explains what is and what implications Taylorism brought to workers, the separation between conception and execution of labor. Then it examines how was the contact between the taylorism and agriculture through integrated agribusiness systems. Finally, there is agroecology as an alternative to avoid the decoupling of the working process of the farmer and his knowledge.*

Key words: *taylorism, integrated farmer, agroecology*

Introdução

O taylorismo é conhecido, de forma geral, como parte do desenvolvimento de métodos e organização de processos de trabalho e de controle sobre este, tendo sido utilizado, especialmente, para aumentar a produtividade na organização industrial, ou seja, era destinado às fábricas.

Tendo o taylorismo se espalhado para outros espaços do meio social, surge a pergunta se este atingiu também o meio agrícola. Este não pode ser tratado como uma fábrica, ao ser inviável ter o controle sobre todos os seus fatores de produção, já que estão sujeitos a seu ambiente, especialmente às condições edafoclimáticas. Em caso afirmativo, como foi esse processo? Quais foram suas consequências? E os agricultores tem tido uma reação contrária a este?

O presente documento trás sua discussão baseada nas questões acima expostas, com o intuito de tentar analisar os principais aspectos e influências do taylorismo sobre a agricultura. Primeiramente, explica-se o que é o taylorismo e que implicações trouxe aos

trabalhadores. Em seguida, é feita uma análise de como foi o contato entre o taylorismo e a agricultura e seus efeitos para os agricultores. Finalmente são expostas as alternativas que os agricultores apresentam a esse processo.

O taylorismo

O taylorismo foi assim denominado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), conhecido como “o pai da administração científica”. Ele foi o primeiro a sintetizar as ideias de forma coerente acerca da divisão do trabalho, com o objetivo de melhorar a eficiência. Segundo Braverman (1987), Taylor investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital.

Taylor se dispôs a encontrar um método adequado para realizar um trabalho, ensinar o trabalhador a realizá-lo e fixar as condições de trabalho, como tempo padrão e o pagamento ao trabalhador pelo trabalho especificado. Logo, seu objetivo foi de aumentar a produtividade no trabalho, evitando qualquer perda de tempo na produção, para assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, de acordo com ele, o máximo de prosperidade ao empregado (TAYLOR, 1979).

Taylor não considerava suficiente o fato de só designar tarefas pela gerência aos operários, como também, via a necessidade de controlar o modo de sua execução. Ele acreditava que a administração (organização do trabalho) poderia virar uma ciência ao ter normas e princípios claramente definidos, de tal forma, que pretendia substituir o empirismo existente na organização dos processos de produção por instruções sistemáticas (ROCHA, 2003). Mas, para que a administração fosse uma ciência, era preciso ter princípios definidos. Estes foram nomeados por Braverman (1987) da seguinte maneira:

1º princípio, *de dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*. “O administrador assume... o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas... (TAYLOR, 1979)” Isto conduz à independência do processo de trabalho do conhecimento dos trabalhadores, passando a depender completamente das políticas gerenciais, como também, a expropriação do conhecimento dos trabalhadores, porque impede a transmissão entre eles.

2º princípio, *separação de concepção e execução*. “Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento...”. Devido aos trabalhadores trabalharem conforme sua própria concepção, torna-se difícil que parta deles a eficiência metodológica em benefício do capital. É por isso que a organização do trabalho, segundo Taylor, nunca deve ser desenvolvida pelo trabalhador, mas sempre pela gerência. Consequentemente se entende que, à parte da expropriação do conhecimento, ocorre uma monopolização deste, pois o próprio trabalho tornou-se parte do capital.

3º princípio, *utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução*. A tarefa específica não é apenas o que deve ser feito, senão como deve ser feito e o tempo exato permitido para isso. Então, à medida que essa organização vai assumindo maior complexidade, mais difícil se torna para o trabalhador compreender os processos nos quais ele trabalha.

Em geral, pode-se dizer que o taylorismo não é somente uma técnica de produção, senão, essencialmente uma técnica social de dominação: expropria o saber específico, desqualifica o ofício e transforma radicalmente as relações sociais de produção (RAGO e MOREIRA, 1993). Através deste método conseguiu-se operários despojados de toda habilidade e saber. Por conseguinte, o taylorismo trata de modelar indivíduos econômico e politicamente minimizados, porque já não trata-se somente de produzir operários disciplinados, mas também de produzir operários dispensáveis (CAPONI, 1997).

O taylorismo e a agricultura

Segundo Rago e Moreira (1993), o taylorismo foi penetrando em lugares inimagináveis, como na atividade doméstica ou no campo da medicina, com a mesma ideia de evitar “movimentos inúteis” a “economizar tempo”, deixando de lado a criatividade de cada pessoa.

Na agricultura, os sistemas de agroindústria integrados permitem mostrar absolutamente todos os princípios tayloristas nos agricultores integrados às agroindústrias. Segundo Mior (2005), antes de ingressar ao sistema integrado com as agroindústrias, os agricultores gozavam de uma relativa autonomia no processo decisório, uma vez que podiam organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores. Então, o agricultor que adere ao sistema integrado especializa-se só numa etapa da produção, perdendo todo o conhecimento do processo produtivo. Além disso, perde autonomia no seu processo de trabalho e produção, porque a gerência da agroindústria convencional estabelece padrões mínimos para o número de plantas/animais, máquinas e equipamentos e formas e tempos de execução dos processos. Assim acontece a separação entre a concepção e a execução do trabalho agrícola integrado, e a monopolização do conhecimento para controlar cada fase do processo produtivo e seu modo de execução.

O método de pagamento utilizado pelas agroindústrias é individualizado segundo cada estabelecimento agrícola, recebendo um melhor preço os produtos com certas características, mantendo-se exclusividade na sua venda. Inclusive, os insumos (fertilizantes/alimentação, pesticidas/medicamentos, sementes/crias) procedem da agroindústria, sendo pagos com a própria produção. Como resultado, o agricultor integrado depende economicamente da indústria. Com esse sistema, se promove um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de agricultores, gerando muita concorrência entre eles. Por exemplo, no oeste catarinense, o sistema integrado suíno, com um total de cerca de 67 mil produtores no ano de 1980, diminuiriam à cerca de 20 mil em 1995. Em 2002, estima-se que restaram 15 mil suinocultores na região. No estado catarinense, o número total foi reduzido a cerca de 12 mil produtores no ano 2008 (MIOR, 2005; ACCS, 2008).

Por parte dos agricultores, existe muita insatisfação com esse tipo de sistema. Muitos depoimentos destes evidenciam que aspectos negativos da experiência na integração com a agroindústria, como a falta de autonomia na compra de insumos e venda dos produtos, altos investimentos em instalações e na forma de fazer a produção, são importantes fatores na tomada de decisão de sair do sistema de integração, várias vezes optando por formar sua própria agroindústria (MIOR, 2005). Mas o aspecto negativo mais relevante é que esse sistema ocorre com os riscos financeiros dos próprios agricultores,

totalmente gerenciados pelo capital da agroindústria. Contudo, como ocorreu com os trabalhadores das fábricas, os agricultores encontram-se resistentes, especialmente os agricultores tradicionais, a seguir esse modelo de agricultura que minimiza sua economia e seu conhecimento.

Agricultura tradicional, orgânica, biológica: A agroecologia como alternativa ao modelo taylorista

Muitas formas de produção tradicional constituem modelos de agricultura sustentáveis, já que os agricultores se vêem obrigados – por sua longa convivência com a natureza de um determinado lugar – a desenvolver soluções eficientes para uma série de problemas, através de um processo de “tentativa e erro”. Tal processo não implica, necessariamente, em um processo inconsciente, pois o método científico está baseado no mesmo princípio, ainda que faça uso de um procedimento mais sistemático (BENZING, 2001).

Não se pretende aqui defender sistemas tradicionais de baixa produtividade, pois nestes é difícil manter a sustentabilidade, nem mesmo os sistemas que aumentem a pressão dos agricultores sobre os ecossistemas naturais. Hoje, são conhecidos sistemas tradicionais altamente produtivos e sustentáveis simultaneamente. Exemplo disso é um estudo feito na Amazônia brasileira, o qual demonstrou que as práticas tradicionais realizadas pelos indígenas Kayapó permitem conservar a fertilidade do solo, além de produzir entre oito e doze vezes mais proteínas por hectare que o que produzem os produtores de gado (BENZING, 2001).

Então, o que se quer manifestar é que os agricultores, antigamente, tinham um sistema dinâmico de conhecimento, dependente de seu agroecossistema local, tendo como parte de seus objetivos a redução de riscos para sua produção: *“O camponês de subsistência que enfrenta a fome, considera uma tecnologia com sucesso a que produz qualquer colheita no pior dos anos, não aquela que produz uma colheita alta no melhor ano”* (LAL, 1987, *apud* BENZING, 2001). Os camponeses tradicionais costumam priorizar a produtividade a longo prazo.

Por outro lado, tampouco se trata de desmerecer vários logros da ciência em favor dos agricultores, como por exemplo, a agroecologia, que recolhe conhecimentos de agronomia e ecologia para estudar as interações ocorrentes no agroecossistema, tanto internamente quanto entre este e seu entorno, valorizando o conhecimento local empírico dos agricultores e o compartilhar de conhecimentos (BENZING, 2001; GLIESSMAN, 2002).

Conclusões

O taylorismo consegue desapropriar os agricultores de suas habilidades e saberes. Na agricultura, tal processo ocorre através do sistema de agroindústria integrada, no qual existe uma radical separação entre concepção e execução do trabalho agrícola. Porém, o risco é assumido totalmente pelo agricultor, de tal maneira que o impacto é maior do que para um trabalhador assalariado.

A agroecologia aparece como uma alternativa descentralizadora, conferindo autonomia aos agricultores na gestão do campo, pois se evita a introdução de qualquer princípio do taylorismo, porque não existe a dissociação entre o processo de trabalho do agricultor e

seu conhecimento. A organização do trabalho é desenvolvida pelo próprio agricultor e o seu conhecimento controla cada fase do processo de trabalho.

Por essas razões, a agroecologia tem um forte vínculo com os movimentos sociais camponeses (Via Campesina, MST, comunidades indígenas ao redor do mundo, entre outros), pois além de melhorar sua economia, maximiza e reforça seu potencial político.

Bibliografia citada

ACCS – Associação Catarinense de Criadores de Suínos. **Dados da Suinocultura:** Plantel. 2008. Disponível em: <http://www.accs.org.br/dados_ver.php?id=5> Acesso em: 30 ago. 2011.

BENZING, A. **Agricultura orgânica:** fundamentos para la región andina. Neckar-Verlag, Villingen-Schwenningen, 2001.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Gerência In: **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CAPONI, S. Entre lo normal y lo peligroso: los trabajadores en la red del discurso disciplinar decimonónico. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis , v. 15, n. 22 , p. 31-38, out. 1997

GLIESSMAN, S. **Agroecología:** procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba, Costa Rica.: CATIE, xiii, p. 359. 2002

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, p. 87-95, 203-204. 2005.

ROCHA, C. H. M. Fordismo: desenvolvimento e crise. **Revista Múltipla**, Brasília, DF , v. 9, n. 15 , p. 111-126., dez. 2003.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1979. 134p.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. **O que é taylorismo.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 102p.